



**ATA DA 4ª SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA EM 21 DE SETEMBRO DE 2018**

--- Aos vinte e um dias do mês de setembro de dois mil e dezoito, reuniu a Assembleia Municipal no Salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas vinte e uma horas, sob a presidência do Senhor Presidente da Assembleia Municipal José Manuel Fortunato Pereira, secretariada pelos Senhores Secretários António Eduardo Gonçalves Costa Marques e João Manuel Pimenta Henriques Simões, com a seguinte Ordem de Trabalhos: - Intervenção do Público de acordo com o nº 4, do Artº 38º, do Regimento da Assembleia Municipal; **PAOD; Ponto Um** - Discussão e votação da Deliberação de Câmara tomada em reunião de 20.08.2018, sobre a proposta de revogação do **“Regulamento Municipal de Proteção Civil - revogação”**, ao abrigo da alínea g), do nº 1, do Artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; **(Grelha A de Tempos a que se refere o número 4 do Artigo 35º do Regimento da A.M.)**; **Ponto Dois** - **“Apreciação da Informação Escrita a apresentar pela Senhora Presidente da Câmara Municipal de Tomar”**, ao abrigo da alínea c), do nº 2, do Artº 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; **Ponto Três** - **“Outros Assuntos de Interesse para a Autarquia”**, ao abrigo da alínea k), do nº 2, do Artº 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. O **Ponto 2** e o **Ponto 3** terão discussão conjunta **(Grelha C de Tempos a que se refere o número 4 artigo 35º do Regimento da A.M.)**. -----

--- Foi enviado ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal o pedido de substituição da Senhora Deputada Municipal Maria de Fátima Rodrigues da Costa Graça Duarte, do seguinte teor: *“Eu, Maria de Fátima Rodrigues da Costa Graça Duarte, venho desta forma solicitar, por questões de saúde, a minha substituição na 4ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal do dia 21 de setembro, pelas 21 horas. Grata pela atenção, com os melhores cumprimentos”*. -----

--- Na sequência deste pedido foi substituído pelo Senhor Deputado Municipal José Manuel Pereira Ferreira Neto, cuja posse já lhe tinha sido dada em sessão anterior da Assembleia. -----

--- Foi enviado ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal o pedido de substituição do Senhor Deputado Municipal Vasco Miguel dos Reis Marques, do seguinte teor: *“Vasco Miguel dos Reis Marques, Deputado Municipal pelo Partido Socialista, pelo presente informa que, por motivos profissionais, não poderá estar presente na Sessão da Assembleia Municipal a realizar dia 21.09.2018, pelo que requer a sua substituição. Peço a V.Exa. que releve o facto de o meu pedido de substituição e justificação de ausência ocorrer quase em cima da data da sessão da AM, pois apenas esta manhã fui informado do motivo que me impede de estar presente. Tomar, 20.09.2018. Grato e atentamente, Vasco Marques”*. -----

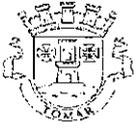
--- Na sequência deste pedido, tomou posse a Senhora Deputada Municipal Carolina da Silva Feliz, portadora do Cartão de Cidadão nº 5202328, válido até 27/07/2020. -----

--- Foi enviado ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal o pedido de substituição do Senhor Deputado Municipal António Manuel Baptista Gonçalves Jorge, do seguinte teor: *“António Manuel Baptista Gonçalves Jorge, deputado municipal eleito nas listas do PSD, vem comunicar a V. Exa. que por motivos profissionais, não pode comparecer na 4ª reunião ordinária dia 21 de setembro de 2018. Assim sendo, solicita, nos termos da Lei, a sua substituição para essa reunião, pelo elemento seguinte da lista, devendo o mesmo ser assim notificada para o efeito. Com os melhores cumprimentos, António M. Jorge”*. -----

--- Na sequência deste pedido foi substituído pelo Senhor Deputado Municipal António Augusto Brito Costa, cuja posse já lhe tinha sido dada em sessão anterior da Assembleia. -----

--- Foi enviado ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal o pedido de substituição da Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Nogueira Fernandes Boavida, do seguinte teor: *“Venho, por este meio, solicitar a V. Exa. a minha substituição na 4ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Tomar, a realizar no próximo dia 21 de setembro, uma vez que não poderei estar presente, por motivos de natureza pessoal. Melhores cumprimentos, Isabel Fernandes Boavida”*. -----

--- Na sequência deste pedido foi substituído pelo Senhor Deputado Municipal Hélder Manuel N. M. Santos, cuja posse já lhe tinha sido dada em sessão anterior da Assembleia. -----



M. Soares
hmm

--- Foi enviado ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal o pedido de substituição do Senhor Deputado Municipal João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, do seguinte teor: *"João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, deputado municipal eleito pelas listas do PSD, vem comunicar a V.Exa. que não poderá comparecer na 4ª sessão ordinária da Assembleia Municipal de Tomar, designada para o dia 21 de setembro de 2018 e para o qual foi convocado, uma vez que nessa data se encontra ausente no estrangeiro. Com os melhores cumprimentos, João Tenreiro".* -----

--- Na sequência deste pedido foi convocada a Senhora Deputada municipal Carla Maria Freitas Santos Joaquim, da qual foi recebido um pedido de substituição do seguinte teor: *"Venho desta forma solicitar a Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Tomar, a minha substituição como Deputada Municipal na 4ª Assembleia Municipal a realizar no próximo dia 21 de setembro às 21 horas. A minha ausência deve-se ao cumprimento de função com a minha entidade patronal. Agradeço a sua compreensão. Ao dispor, Carla Joaquim".* -----

--- Na sequência deste pedido foi substituída pela Senhora Deputada Municipal Joana Isabel Pinto Coelho, cuja posse já lhe tinha sido dada em sessão anterior da Assembleia. -----

--- Foi enviado ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal o pedido de substituição da Senhora Deputada Municipal Susana Alexandra Ferreira Faria, do seguinte teor: *"Venho por este meio pedir substituição na próxima reunião da Assembleia Municipal a realizar no dia 21 de setembro dado encontrar-me fora do país nessa data. Com os melhores cumprimentos, Susana Faria".* -----

--- Na sequência deste pedido foi substituída pela Senhora Deputada Municipal Maria Celeste de Jesus Nunes, cuja posse já lhe tinha sido dada em sessão anterior da Assembleia. -----

--- Foi enviado ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal o pedido de substituição do Senhor Deputado Municipal António Rodrigues da Costa Graça, Presidente da Junta de Freguesia da Sabacheira do seguinte teor: *"Vimos por este meio solicitar a substituição do Presidente António Rodrigues da Costa Graça, pelo Secretário Joaquim Maria dos Anjos, a representar a Freguesia da Sabacheira em seu lugar, na 4ª Sessão Ordinária a ter lugar no próximo dia 21/09/2018, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas 21h00. Com os melhores cumprimentos, António Rodrigues da Costa Graça".* -----

--- Foi enviado ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal o pedido de substituição do Senhor Deputado Municipal João Luis Cardoso Alves, Presidente da União de Freguesias de Casais e Alviobeira do seguinte teor: *"Vimos por este meio comunicar a V.Exa. que o Sr. Presidente da U. F. Casais e Alviobeira, não vai poder estar presente na reunião do dia 21 de setembro do corrente ano. O Sr. Luis Filipe Pinho Freire, Tesoureiro da U.F. Casais e Alviobeira, vai substituir o Sr. Presidente. Com os melhores cumprimentos, O Presidente da U.F. Casais e Alviobeira, João Alves".* -----

--- Estiveram presentes nesta sessão, para além da Mesa da Assembleia, os seguintes Senhores Deputados Municipais: Joana Isabel Pinto Coelho; Hugo Miguel Carvalheiro dos Santos Costa; Ricardo Manuel dos Santos Lopes; Maria Fernanda do Pranto Correia; José Manuel Pereira Ferreira Neto; Luis António Antunes Francisco; Paulo Jorge da Encarnação Silva Bacelar de Macedo; José Pedro Gomes Correia de Vasconcelos, Maria da Luz Alves Lopes; Casimiro Mateus Fernandes Serra; Maria Celeste de Jesus Nunes; Hélder Manuel Neves Marques Santos; Carolina da Silva Feliz; Rui Samuel Martins de Alferes Gomes; Nuno Miguel da Silva Ferreira; Sílvia Paula Rosa da Silva; António Augusto Brito Costa; António José de Carvalho Silva; Carlos Manuel da Graça Simões Rodrigues; Maria José de Jesus Barbosa Serra; Jorge Filipe Martinho Rosa; Amâncio Sequeira Ribeiro; Maria de Lurdes Ferromau Fernandes; Joaquim Maria dos Anjos; Alexandre Gabriel Mateus Horta; Luis Filipe Pinho Freire; Arlindo da Conceição Costa Nunes; Américo da Conceição Pereira e Augusto Manuel Barros Alves. -----

--- Estiveram presentes, em representação da Câmara, a Senhora Presidente da Câmara Municipal de Tomar, Anabela Gaspar de Freitas; o Senhor Vereador José Manuel Mendes Delgado; a Senhora Vereadora Célia Maria Nunes Azevedo Bonet; a Senhora Vereadora Filipa Alexandra Ferreira Fernandes; o Senhor Vereador Luis Manuel Monteiro Ramos e o Senhor Vereador Hélder Duarte Henriques. -----

--- Faltou o Senhor Vice-Presidente da Câmara, Hugo Renato Ferreira Cristóvão. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que devido ao pedido da substituição da Senhora Primeira Secretária da Mesa, Maria de Fátima Rodrigues das Costa Graça Duarte esse lugar iria ser ocupado pelo Segundo Secretário, António Eduardo Gonçalves Costa



M. J. Pimenta
Luz

Marques, tendo convidado o Senhor Deputado Municipal João Manuel Pimenta Henriques Simões para substituir nesta sessão o lugar de Segundo Secretário da Mesa. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que, na última Conferência de Líderes, foi solicitado pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, a inclusão na Ordem de Trabalhos da presente sessão do processo, caso aprovado na reunião de Câmara, a realizar em data posterior à data da Convocatória, sobre a: **“Constituição da RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, EIM, SA e liquidação e extinção da RESITEJO – Tratamento e Gestão dos Lixos do Médio Tejo”**. -----

--- A Senhora Deputada Municipal Maria da Luz Alves Lopes, do Bloco de Esquerda, pediu a palavra para afirmar que se lembra do que foi acordado, no entanto não se sabia do seu teor e agora o que está em discussão são os estatutos da empresa e porque vão passar a delegação de competências às Câmaras, solicitou que seja esclarecida o que vai estar em votação, porque assim não poderá concordar, já que em dois dias não houve tempo para analisar e fazer propostas. -----

--- O Senhor Deputado Municipal Paulo Jorge da E. S. B. de Macedo, da Coligação Democrática Unitária, pediu a palavra para na sequência da intervenção anterior, confirmar o acordo firmado em Conferência de Líderes sobre a integração de um ponto sobre a RESITEJO, não se sabendo ao certo o assunto que ia ser apresentado em Assembleia, seria sobre a referida empresa, mas concretamente não se sabia. Foi recebido no dia 19 o que foi aprovado em reunião de Câmara no dia 17 e lendo com atenção o documento enviado, tem uma intervenção a fazer, mas só a fará a intervenção depois da entrada no referido ponto e não agora. -----

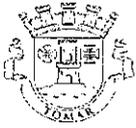
--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs a aceitação da entrada do ponto relativo à RESITEJO e na devida altura, farão as intervenções que entenderem, solicitando a ajuda da Senhora Presidente da Câmara Municipal. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a inclusão do referido ponto na ordem de trabalhos, para discussão e votação, com a Grelha B de Tempos, tendo sido aprovado por unanimidade, quando estavam presentes trinta e dois Senhores Deputados Municipais, passando a ser o **Ponto Dois**. -----

--- Posteriormente foi também solicitado pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, a inclusão na Ordem de Trabalhos da presente sessão de um processo, entretanto aprovado na última reunião de Câmara, sobre a **“Aquisição de serviços de auditoria externa às contas do Município de Tomar – Nomeação nos termos da Lei das Finanças Locais”**. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal contactou, entretanto os líderes dos Grupos Municipais, para a possibilidade de inclusão deste novo ponto, com a Grelha A de Tempos, tendo os mesmos aceite o referido pedido. Colocado à votação a admissão deste novo ponto, foi aprovado, por unanimidade, quando estavam presentes trinta e dois Senhores Deputados Municipais, passando a ser o **Ponto Três** da Ordem de Trabalhos, seguidos do **Ponto Quatro** e **Ponto Cinco** - **“Apreciação da Informação Escrita a apresentar pela Senhora Presidente da Câmara Municipal de Tomar”** e **“Outros Assuntos de Interesse para a Autarquia”**, respetivamente. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para Intervenção do Público de acordo com o nº 4, do Artº 38º, do Regimento da Assembleia Municipal, tendo-se verificado as seguintes intervenções: -----

--- Bruno Graça, começou por saudar o início da atividade do TAC do Hospital de Tomar e a persistência dos utentes com a recolha de assinaturas para que as urgências médico-cirúrgicas possam ser reinstaladas no Hospital de Tomar e Torres Novas e disse esperar que o protocolo assinado em Lisboa, sobre a saúde dentária, não seja o começo de fora de tempo, da descentralização, já que o mesmo diz que o governo fornece os médicos e o município os equipamentos. Relativamente ao início de funcionamento do TAC no Hospital e Tomar, gostaria de saber se, por exemplo, um sinistrado de um acidente que necessite de TAC, pode utilizar o do Tomar ou é enviado para Abrantes. E se o de Abrantes tiver avariado, e por ser privado, é o doente remetido para Santarém, Torres Novas ou para uma empresa aqui de Tomar. Porque a ser assim o TAC vai servir unicamente os doentes internados no Hospital de Tomar e provavelmente uma utilização pequena, ficando o encargo no SNS, que tendo um aparelho seu, está a ser usufruído pelo concessionário do TAC que está em Abrantes e empresas em articulação. A ser assim prejudica a ideia de que o TAC poderá ser uma ferramenta para que as urgências médico-cirúrgicas funcionem em Tomar. Como tal solicitou informações sobre estas



questões e que a Assembleia Municipal, através da Comissão de Saúde e o Executivo encarassem a possibilidade de utilizarem efectivamente a instalação do TAC, no seu início de funcionamento, para que estas situações fossem alteradas e para que fosse uma ferramenta útil e poderosa para que as urgência médico-cirúrgicas possam voltar para o Hospital de Tomar. --

--- Luis Henriques começou por dizer que estando no inicio do ano letivo, com a igualdade direitos entre alunos da área rural e a cidade, e porque ia acabar o contrato com a Rodoviária, gostava de saber a situação em que ia ficar, se a mesma dos outros anos. -----

--- A Senhora Presidente da Câmara Municipal em relação à intervenção do munícipe Bruno Graça, informou que não poderia dar uma resposta concreta, e aquilo que foi relatado, também lhe chegou ao conhecimento, e como tem agendada uma reunião com o Conselho de Administração, espera ter uma resposta brevemente sobre o assunto. Sobre a questão do munícipe Luis Henriques, que já é recorrente com essa questão, informou que são feitos concursos públicos com os transportes escolares, quer através de táxi, quer para as carreiras, pelo que terá de ir falar com a Unidade de Intervenção Social ou com o Vereador Hugo, para ver se é possível afinação com os transportes ainda nesta fase. -----

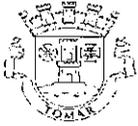
--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao **Período de Antes da Ordem do Dia**, tendo aberto inscrições para o uso da palavra, verificando-se as seguintes intervenções: --

--- Maria da Luz Alves Lopes, do Bloco de Esquerda que fez a apresentação da Recomendação. --

--- Hugo Miguel Carvalheiro dos Santos Costa, do Partido Socialista começou que referir que ao longo destes anos na política, sempre houve divergências, combate político, mas nunca, em momento algum, algo que tivesse sido combinado em Conferência de Lideres, chegasse à Assembleia e fosse colocado em causa por pessoas que tiveram nessa Conferência de Lideres. Enquanto líder da bancada do PS, por respeito à Conferência de Lideres, Assembleia Municipal e ao Senhor Presidente, disse não poder deixar de lamentar que situações combinadas em Conferência de Lideres sejam depois colocadas em causa na Assembleia, por terem muitas páginas e que poderiam ter sido consultadas e as questões colocadas no momento. Pelo que o PS terá muita dificuldade em aceitar qualquer compromisso, feito em Conferência de Lideres, porque existem pessoas que não assumem as suas responsabilidades. De seguida apresentou as moções, sobre a Patricia Sampaio, conterrânea, campeã europeia de judo, dizendo que quando alguém do nosso concelho atinge esse patamar, merece o maior respeito. Continua a representar um clube de Tomar, e espera que seja homenageada no dia 1 de março. Sobre o Festival Estátuas Vivas, referiu ser um sucesso que deve ser reconhecido e sublinhado e que continuem no próximo ano, independentemente do modelo. -----

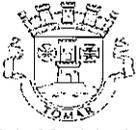
--- Ricardo Manuel dos Santos Lopes, do Partido Social Democrata disse concordar com a intervenção do Deputado Municipal Hugo Costa, sobre a questão da Conferência de Lideres. Sobre a moção relativa ao Festival Estátuas Vivas, que irão votar a favor, entende que a deslocação só para dois locais, desvirtuou um pouco o Festival. Lembrou uma entrevista da Senhora Presidente, sobre a edição de 2017, a Câmara estimava gastar 50.000 euros, que o procedimento de segurança tivesse de aumentar, por se esperar mais visitantes que no ano anterior, com estimativa de 25 a 30 mil visitantes. No corrente ano foram 13 mil visitantes, com entradas pagas, gastaram-se 60 mil, com retorno de 25 mil. Disse serem opções, e uma questão para refletir sobre o que trás mais visitantes a Tomar, se um Festival de Estátuas Vivas na cidade toda, ou um programa de televisão a encher a Praça da República com tomarenses. -----

--- Paulo Jorge da Encarnação Silva Bacelar de Macedo, da Coligação Democrática Unitária fez uma intervenção do seguinte teor: *"A 16 de agosto foi publicada uma Lei, a Lei nº 50/2018, a chamada Lei Quadro da Transferência de Competências, para as Autarquias Locais e para as Comunidades Intermunicipais. E essa Lei, na sua alínea a), do ponto 2, do artigo 4º, diz o seguinte, sobre a concretização da transferência das competências: «Essa transferência para as autarquias locais e entidades intermunicipais é efetuada em 2019, admitindo-se a sua concretização gradual nos seguintes termos: até 15 de setembro de 2018, as autarquias locais e as entidades intermunicipais que não pretendam as transferências das competências no ano de 2019, devem comunicar esse fato à Direção Geral das Autarquias Locais, após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos nesse sentido». Por esse motivo e, sabendo nós que saiu no período de férias, a CDU propôs a 29 de agosto de 2018, ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Tomar, a convocação de uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal num prazo que permitisse cumprir com esse estipulado e que seria efetivamente a não aceitação de transferências de competências da administração central em 2019, nos termos do*



M. P. L.
lun

artigo já citado. E se essa deliberação fosse aprovada aqui nesta casa, na Assembleia Municipal, deveria ser comunicada à Direção Geral da Administração Local até 15 de setembro de 2018. Ainda propunha que caso o Senhor Presidente da Assembleia não pretendesse convocar essa sessão extraordinária da Assembleia, a CDU solicitava que ao abrigo do previsto no ponto 1, do artigo 21º, do Regimento desta Assembleia fosse marcada uma Conferência de Líderes e apontava uma data de 3 de setembro. Por fim, ainda propunha à Senhora Presidente da Câmara Municipal de Tomar, que ao abrigo do nº 1, alínea a), do artigo 26º do regimento desta Assembleia, pudesse requerer essa mesma sessão extraordinária. No próprio dia 29 de agosto, do gabinete da Senhora Presidente, a CDU recebeu um email, na qual informava que a publicação dessa Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, a Lei Quadro da Transferência de Competências, prevê efetivamente na alínea a), do nº 2, do artigo 4º, o prazo até 15 de setembro, para os órgãos deliberativos se pronunciarem contra a aceitação, ou não, da transferência de competências e quais as competências. Após a publicação veio o Governo e a DGAL clarificar a questão. Estou a citar o que diz o email, tendo sido enviados dois documentos em anexo, um da parte da Diretora Geral da DGAL, Dra. Sónia Ramalhinho e outro do gabinete do Secretário de Estado, Dr. Carlos Miguel. Continuando a ler o email: não nos afigura a necessidade de convocatória de uma assembleia extraordinária sobre a matéria, pelo que a Câmara, para já, não vai acionar o nº 1, do artigo 26º do Regimento da Assembleia Municipal de Tomar. Ambos os documentos enviados em anexo no email, pela Senhora Presidente, dão orientações da tutela, entenda-se da parte do Ministro da Administração Interna em que informam que a Lei, e na opinião da CDU, não deve ser cumprida, na prática, porque faz uma leitura e uma interpretação Lei dizendo, passo a citar «A interpretação e a aplicação do nº 2, do artigo 4º, da Lei nº 50/2018, que fixa a data de 15 de setembro, para deliberação dos órgãos do município, terá de ser feita em conjugação com o artigo 44º, do nº 1 do mesmo diploma, o qual impõe a necessidade de aprovação e publicação dos diplomas sectoriais e não se prevê estarem publicados antes da referida data. Não tendo a CDU recebido, da parte do Senhor Presidente da Assembleia Municipal até ao momento, qualquer resposta ao solicitado a 28, só na própria Conferência de Líderes, de 10 de setembro, data em que serviu para marcar esta assembleia ordinária, com um só ponto da Ordem de Trabalhos, concretamente o próximo que iremos discutir, a revogação de um Regulamento Municipal da proteção Civil, a CDU aproveitou esse momento para explicar aos outros líderes e ao Senhor Presidente o porque daquele pedido de convocatória de uma assembleia extraordinária, sobre a transferência de competências. Comunicou igualmente aos líderes que no cumprimento da Lei, não podem dois documentos, os enviados em anexo, substituir a própria Lei. Só pode alterar a Lei, uma Lei da própria Assembleia da República. E por fim concluiu que na Lei 50/2018, de 16 de agosto, aprovada na Assembleia da República, pelo PS e PSD, há um artigo 4º, que não está a ser cumprido. Já sabia e posso igualmente concluir que esta Lei, que resultou efetivamente de um pequeno arranjo entre o PS e PSD, traduzia-se num texto, na nossa opinião, sem critério e sem rigor, foi aprovado e subtraído a um debate efetivo e sério na Assembleia da República. Como todos compreendem um diploma desta natureza exigia todo o cuidado e não houve. E desta forma também fomos impedidos, nesta casa, de realizar um debate sério e necessário sobre este importante tema. Nós consideramos, que se aqui tivéssemos na presidência, tínhamos de criar todas as condições para que esse debate fosse realizado. Porque este assunto, como várias vezes temos dito, vai trazer vários problemas às autarquias, sejam elas Câmaras ou Juntas de Freguesia, e todos nós sabemos, e muito bem, que essas transferências são muito mais encargos, com muito reduzido pacote financeiro e que vai trazer as «culpas do cartório» para cima dos autarcas, devido a limpar de responsabilidades o poder central. Mas como diz o povo, quem cala consente, mas o povo também diz que quem não se sente não é filho de boa gente, no sentido de quem não reclama de algo que é mal feito é porque não se importa que a coisa esteja mal. Não o fazer, ou seja, aceitar a transferência de competências, na nossa opinião, é estar a expor este município e todos os outros e as freguesias a um salto no escuro, a assinar um cheque em branco, a torná-la refém de novas jogadas e acordos, possivelmente. E, já agora, quer o próprio ato da promulgação por parte do Presidente da República, foi referenciado um conjunto de riscos associados a esta Lei e que passo a citar: «A sustentabilidade financeira concreta, da transferência para as autarquias locais de atribuições, até este momento, da administração central é posto em causa. O inerente risco de essa transferência poder ser lida como mero alijar de responsabilidades do Estado. A preocupação com o não agravamento das desigualdades entre autarquias locais. A



Maria
Luz

exequibilidade do aprovar sem riscos de indefinição com incidência imediata no rigor das finanças públicas. O afastamento excessivo do Estado, de áreas específicas em que seja essencial o seu papel, sobretudo à escala exigida para o sucesso das intervenções públicas». Estou a citar o Senhor Presidente da República. Mas como se não bastasse, muitas autarquias, sejam do PS ou do PSD, podia aqui citar nomes delas, para além de todos os 24 municípios que são liderados pelas CDU, todos rejeitaram esta transferência de competências para o próximo ano e logicamente fizeram a tal comunicação à Direção Geral das Autarquias Locais. Por isso consideramos que este atual Executivo vai ser responsável por aceitar transferência de competências a partir de janeiro de 2019 sem acautelar o conjunto de implicações financeiras, humanas e organizacionais, atendendo à ausência de conhecimentos sobre as matérias a transferir. As condições e suas implicações que na prática só vamos saber quais são ou vão ser descortinadas com a publicação de cada um dos Decretos-Lei. Para a CDU, uma atuação responsável e na defesa dos interesses, quer da autarquia quer da população, era não assumir, a partir de 1 de janeiro de 2019 as novas competências". -----

--- Maria da Luz Alves Lopes, do Bloco de Esquerda (2ª intervenção) sobre as moções, disse nada ter contra à homenagem à atleta, e relativamente à das Estatuas Vivas disse também nada ter contra, no entanto a haver alterações, convinha saber quais. Sobre se é a pagar, ou não, este evento, seria bom refletir sobre possíveis alterações, e a moção mistura as coisas, o elogio com as possíveis alterações ao evento. -----

--- Hugo Miguel Carvalheiro dos Santos Costa, do Partido Socialista (2ª intervenção) afirmou que a moção não propõe a alteração de nenhum modelo, o Município de Tomar sempre financiou ou tratou da parte de financiamento, e não é colocada na referida moção a questão do pagamento no ano que vem, propondo só que o Município deve trabalhar em soluções de financiamento, não havendo alterações de modelo, pelo que a moção está clara, as Estátuas Vivas devem-se manter, dignifica a escola. Lembrou que, anteriormente era financiada por fundos comunitários, e neste momento isso já não acontece, pelo que terá se o Município a candidatar-se a esses fundos e, com isso não se está a alterar o modelo. Sobre a descentralização e, percebendo-se a questão ideológica que o PCP costuma colocar, informou que existe um despacho do Senhor Ministro da Administração Interna, e um email do Senhor Secretário Estado das Autarquias Locais, mas também da DGAL a dizer que a data de 15 de setembro não se aplica, e a CDU sabe que é verdade. A Lei fala em 15 de setembro, mas também diz que os municípios só podem tomar decisões depois dos diplomas sectoriais, e nenhum está ainda publicado. Disse também em sua opinião e na do Partido Socialista, que o Município de Tomar pode e deve debater em que matérias deve ou não aceitar a descentralização, mas depois de saber que diplomas sectoriais estão em causa. O Grupo Municipal do Partido Socialista defende a descentralização, que ela possa existir, com o devido envelope financeiro, porque não defende centralismo, e ainda bem que foi possível este acordo da Assembleia da República que permite uma Lei da descentralização. A maioria dos municípios do país optaram por aguardar, perceber o que está em causa e o que tem de ser debatido, porque ainda não se conhecem os decretos. E a mesma Lei diz que os municípios que disserem que não em 2019 e não quiserem negociar, em 2021 levam com tudo sem negociação, o que é bem pior do que entrar num processo negocial em 2019, porque em 2021 todas aquelas matérias têm de estar delegadas. E foi devido a estas situações que na Conferência de Líderes o PS se manifestou contra a convocação de uma sessão extraordinária sobre a descentralização, que deverá ser feita logo que todos os diplomas sectoriais estejam publicados. -----

--- Maria de Lurdes Ferromau Fernandes, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Tomar sobre a moção da judoca Patrícia Sampaio, referiu que não há dúvida sobre o reconhecimento do seu valor e de outros jovens do concelho, que se esforçam para atingir os seus objetivos pelo mundo fora. Sobre a moção das Estatuas Vivas, afirmou que deviam ser eventos consubstanciados num plano, devidamente definido, embora o público em geral não tenha essa percepção e nível de exigência, mas são dinheiros públicos, e é uma maneira de ser reconhecida a capacidade de gerir os fundos, e aplica-se também às "7 Maravilhas"! e que sejam publicados esses valores, para que as pessoas entendam que não é tudo de graça. Informou que o PSD vai entregar um requerimento sobre estes assuntos. Sobre a alteração ou não ao modelo, resulta de uma prometida mudança, que já vem desde 2013, as coisas vão evoluindo, aliás como aconteceu com a Festa Templária. A questão dos transportes escolares, são antigas, e complicadas nos tempos que correm e devem continuar a ser corrigidas. Sobre o rio Nabão, e



Handwritten signature

porque a Comissão não se tem reunido, gostaria de saber o que está aqui em causa, na falta de acção, a sofrer as consequências, que entroncam neste processo lento e temos obrigação de ser mais céleres, exigente e de dar as explicações necessárias. Sobre a questão de Tomar ser um centro de exportador de serviços para captar investimentos, e do que se fez ou não para isto, infelizmente a notícia é de que somos o concelho que cria menos empresas, e a principal preocupação devia ser centrada na matéria do desenvolvimento, da criação de emprego e medidas para que Tomar fixe as pessoas, e que vai de encontro aquilo que o PS tem apresentado. Mais do que intervir numa obra na Várzea Grande, os três milhões deviam servir para intervir naquela matéria. E disse estar cansada de ouvir que Tomar está mais degradado, e envelhecido, porque a última grande conquista em termos empresariais foi feita antes deste Executivo, com a criação da IBM. Questionou o que se fez com os empresários existentes e olhando para os concelhos à nossa volta, verifica-se a existência de associações empresariais a dar apoio em termos de programas, existe a preocupação dos presidentes de câmara em promoverem as empresas do seu concelho, existem feiras, fóruns, em que isso é possível. Sobre a falta de limpeza e de casas de banho, não vai falar porque são questões já muito gastas. -----

--- António Augusto Brito Costa, do Partido Social Democrata sobre as Estátuas Vivas referiu que não foi sucesso nenhum, nem no ano anterior, nem este ano e disse concordar que o evento estivesse espalhado pela cidade. Lembrou a questão do pagamento de entradas numa zona da cidade, no Carnaval de alguns anos atrás. -----

--- Paulo Jorge da Encarnação Silva Bacelar de Macedo, da Coligação Democrática Unitária (2ª intervenção) sugeriu a importância de voltar a reunir a Comissão de Acompanhamento das ZET, que fez um bom trabalho e era bom que continuasse. Disse concordar com a moção à judoca Patricia Sampaio. Sobre o Festival de Estátuas Vivas, disse com concordar com tudo, no entanto apesar de a CDU entender que deve apoiar desenvolvimento económico no concelho, mas não através destes eventos, daí a abstenção nesta moção. -----

--- Hugo Miguel Carvalheiro dos Santos Costa; do Partido Socialista (3ª intervenção) afirmou que durante o último mandato tentou explicar porque Tomar estava mal, no caso da média de pagamentos, e foi chamado de mentiroso para cima, agora que Tomar está nos 100 primeiros lugares no prazo médio de pagamentos, já não é notícia, justificando com o fato de o Município de Tomar ter uma dívida a fornecedores de seis milhões e trezentos e cinquenta mil a curto prazo e hoje estão nos quinhentos mil, são dados fornecidos pela DGAL e pelo Conselho de Finanças Públicas, e publicados a semana passada. Afirmou que durante vinte anos o PSD não quis saber de Palhavã, hoje estão lá obras superiores a 900 mil euros. O Centro Escolar da Linhaceira está a ser iniciado, sobre o qual o PSD entregou uma candidatura fora de prazo. Disse estar de acordo que o desenvolvimento económico deve ser a bandeira e a base do concelho, e deve-se trabalhar em conjunto para essas situações e encontrar novas formas e novos mercados, agora dizer-se que Tomar é uma cidade desprezada, e que está pior que os concelhos vizinhos, é necessário visitar outras cidades, independentemente da cor política a que pertencem, para ver que não é bem assim, porque o problema da desertificação é de todos estes concelhos, alguns com maiores dificuldades. Relembrou que foi este Município que mexeu pela primeira vez no Regulamento da Zona Industrial, era antiquado e colocava o investimento, no mais caro da região. Afirmou que está também de acordo que devemos ter mais empresas em Tomar, agora é preciso saber quem quer investir em Tomar, e trabalharmos em conjunto nesse sentido. -----

--- Augusto Manuel Barros Alves, Presidente da União de Freguesias Urbanas de Tomar - S. João Baptista e Santa Maria dos Olivais disse não aceitar que se diga que Tomar está num péssimo estado, até porque contacta com muitos visitantes e não lhe dizem isso, dizendo precisamente o contrário, até pela quantidade de turistas que nos tem visitado. Se as ruas da cidade, estão ao fim de semana cheias de gente é sinal de que é atrativa. Disse ser uma verdade que Tomar não pode viver só do turismo, mas houve um Presidente de Câmara que por diversas vezes disse que Tomar não precisava de indústria, só tinha de viver do turismo, e isso na altura foi uma aberração. Tomar necessita de indústria, nem que seja pequena indústria, e do turismo, lembrando algumas empresas que saíram de Tomar porque lhe fecharam as portas. As pessoas não querem ver a quantidade de eventos que se tem realizado, para todos os gostos. A mudança das Estátuas Vivas, resultou bem e os artistas enalteceram a mudança. -----



Handwritten signature

--- João Manuel Pimenta Henriques Simões, do Partido Socialista começou por afirmar que foram colocadas uma série de questões que, julga a Senhora de Vereadora Filipa Fernandes, irá tomar em consideração. Disse ter ficado surpreendido por se ter retirado muito rendimento de um pequeno espaço, bem enquadrado pelo Nabão, com figuras excelentes. Disse ser óbvio que ter o evento na cidade e no castelo é interessante, mas temos que considerar o dimensionamento das coisas em que existe um triângulo que tem de ser assumido, com a Câmara Municipal que será a líder, o Agrupamento de Escolas e os próprios executantes, porque, os meios e os espaços não são ilimitados. Sobre a intervenção do Senhor Deputado Municipal Paulo Macedo, relativamente ao desenvolvimento socio económico do concelho, chamou a atenção para o parágrafo que diz assim *“Eventos desta natureza devidamente estruturados e com adequada dimensão, contribuem decisivamente para o desenvolvimento socio económico do concelho conduzindo a elevados patamares de notoriedade”*, não diz concretamente que é o Festival deste ano. Não é relevante, mas é importante. Sobre o evento “7 Maravilhas”, em que Tomar esteve representado na final de Albufeira, disse que se fez pouca publicidade à Festa dos Tabuleiros do próximo ano, e se deveria ter dado um maior ênfase à Festa. Sugeriu à Câmara que aproveite todos os eventos, na televisão, nos jornais, para publicitar a Festa Grande do Concelho que é uma das joias da coroa. -----

--- Maria Celeste de Jesus Nunes, do Partido Socialista, começou por se congratular pela homenagem à judoca Patricia Sampaio. Sobre as Estatuas Vivas, afirmou ter sido em êxito, basta ouvir as pessoas de todas as faixas etárias. Afirmou também que não cabe à Câmara criar postos de trabalho, mas criar condições e estruturas necessárias para que a cidade e o concelho se torne atrativo, e isto é fazer política. Afirmou a quantidade de visitantes que a cidade tem, de concelhos vizinhos e só não vê quem não quer ver. -----

--- Maria de Lurdes Ferromau Fernandes, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Tomar (2ª intervenção) afirmou que o que disse foi que Tomar estava degradado e não desprezado. Reiterou que tem de haver uma atitude pró-ativa. Exemplificou com os municípios da Barquinha e Torres Novas que disponibilizam instalações para os jovens iniciarem os seus processos de criação de empresas, e em Tomar os jovens não têm essas condições, e é nesse sentido que falava de investimento e quando falou de bater no fundo, foi na questão de criação de empresas. -----

--- António Augusto Brito Costa, do Partido Social Democrata (2ª intervenção) referiu que vê muitos estrangeiros em Tomar e não tantos portugueses como se diz. Sabe que Tomar é uma cidade atrativa, pelos monumentos que tem, o que não quer dizer que as ruas estejam limpas, tendo exemplificado com a Rua António Joaquim de Araújo com um passeio numa lástima, mas para aí não vão os turistas. Relembrou também o Mouchão que está numa lástima. -----

--- Ricardo Manuel dos Santos Lopes, do Partido Social Democrata (2ª intervenção) afirmou que quando se diz que o Festival de Estatuas foi um êxito, possivelmente não ouviram as mesmas pessoas, porque muitas pessoas de Tomar não vieram, porque era a pagar, é certo que não é a razão, no entanto continua a entender que é desvirtuar, não estarem espalhas pela cidade. Quanto á intervenção do Senhor Deputado Municipal Augusto de Barros é bom que explique aos comerciantes de Tomar a sua opinião sobre o Festival de Estuas Vivas ficarem melhores quando confinadas a dois espaços fechados. -----

--- José Pedro Gomes Correia de Vasconcelos, do Partido Socialista disse ter ficado satisfeito com a intervenção da Senhora Deputada Municipal Lurdes Ferromau, afirmando que a empresa POLIS ainda não está encerrada, esta semana veio um munícipe que anda enrolado com as brechas da sua casa devido à ponte nova, onde foi prometido na altura resolver o problema, o hotel charme, da compra do colégio feminino e o convento Santa Iria, em que veio cá o atual primeiro-ministro, no tempo do o Dr. Corvelo, numa pareceria, e em que ele disse que é difícil vender o metro quadrado em Tomar, porque é muito caro, com a compra do Convento de Santa Iria. Disse também que acha bem que se consiga trazer empresas, para criar postos de trabalho, lembrando que no tempo do PSD, sabe pelo menos de três a quatro empresas que saíram de Tomar, por exigência do Presidente da Câmara do PSD, e a história não se pode limpar, mas disse estar pronto a colaborar com todos, para trazer empresas para Tomar, não podemos é dificultar, depois de eles abrirem as portas, a não entrada deles no concelho de Tomar. -----



M. F. F.
huc

--- José Manuel Pereira Ferreira Neto, do Partido Socialista disse ter já passado pela assembleia há 30 anos, e todos sabem como se processava o Carnaval, e sobre a falta de atrativos, se calhar estamos a falar da fonte luminosa e outras coisas parecidas. -----

--- Maria de Lurdes Ferromau Fernandes, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Tomar (3ª intervenção) disse que há processos enrolados há muitos anos, e sobre as empresas que não se fixaram, ficam sempre as dúvidas, sugerindo que se trocassem as lentes para ver as coisas melhores em vez as piores do passado. -----

--- António Augusto Brito Costa, do Partido Social Democrata (3ª intervenção) afirmou que não falou em gestão do Carnaval, nem em fontes luminosas, mas sim em monumentos, porque isso é desviar a atenção e quando começam a falar do passado, e se o PSD perdeu é para o PS fazer melhor, se não fazem é porque não conseguem. -----

--- José Pedro Gomes Correia de Vasconcelos, do Partido Socialista (2ª intervenção) disse que tem de se falar sempre do passado e pouco falou desse tempo, tendo questionado sobre as casas de banho públicas, algumas delas já a funcionar. -----

--- Maria da Luz Alves Lopes, do Bloco de Esquerda (3ª intervenção) disse que nem os saudosistas têm razão, nem aqueles que dizem que está uma maravilha. -----

--- Ricardo Manuel dos Santos Lopes, do Partido Social Democrata (3ª intervenção) afirmou que a palavra êxito no PS é diferente dos outros, o mesmo êxito na colocação de professores, o mesmo êxito na recuperação de carreiras, o mesmo êxito na recuperação de habitações em Pedrogão, e o mesmo êxito no ataque ao fogo em Monchique. -----

--- Hugo Miguel Carvalheiro dos Santos Costa, do Partido Socialista (4ª intervenção) informou que o Grupo Municipal do Partido Socialista enviou para distribuição, a página 32 do Relatório de Finanças Públicas, em que se demonstra a passagem dos seis milhões de euros para quinhentos mil. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma recomendação do Bloco de Esquerda do seguinte teor: ***Recomendação ao executivo, apresentada pelo BE, em reunião ordinária da Assembleia Municipal de Tomar de 21 de setembro de 2018.*** -----

Considerando que: -----

O sistema de estacionamento pago na zona urbana em Tomar, fará em novembro dois anos e apesar de em várias ocasiões se ter manifestado a necessidade da elaboração de um estudo ao impacto desta medida, impondo-se a necessidade da elaboração de um Regulamento mais justo e ajustado às necessidades de comerciantes, residentes e visitantes e, apesar dos protestos de vários tomarenses que se sentem prejudicados com a medida e aqui têm vindo dizê-lo, o assunto tem caído no esquecimento. -----

O Bloco de Esquerda não apoiou a instalação dos parquímetros, não o fez no tempo do Engenheiro Paiva quando o assunto veio a discussão, nem com o atual executivo quando este concretizou a ação, não por se ser contra o pagamento de estacionamento nos centros históricos das cidades, mas por se considerar que sem o estudo prévio da mobilidade urbana da nossa cidade, integrando-se a questão dos estacionamentos pagos num conjunto de outras ações, como o incrementar de zonas pedonais, ciclovias, bolsas de estacionamento gratuito nas entradas da cidade, também para autocarros e sem o indispensável reforço dos transportes urbanos a preços acessíveis e com mais rotas, entre outras ações que colaborem para a salvaguarda das questões ecológicas e de bem-estar dos cidadãos residentes e visitantes, a instalação de parquímetros será apenas uma forma de produzir receita, o que para os tomarenses que habitam nas freguesias e não podem vir a pé quando precisam de se deslocar à cidade, se reverteu na prática numa nova taxa a pagar. -----

Feita esta referência e porque o estacionamento pago existe, considera o BE dever recomendar ao executivo duas ações que podem a curto prazo trazer melhorias na situação: -----

▪ *Promoção do Parque 2 - na zona desportiva, duplicando-se o tempo de gratuidade para uma hora e se possível baixando as taxas e avenças, em especial as destinadas aos residentes e comerciantes, procurando-se com essa medida contrariar o hábito de estacionamento no Parque 1 - junto à Câmara, que está a dar sinais de rotura. Do parque 2 passando pelo Mouchão até à Praça da República, a pé, não demora mais de 10 minutos sendo por isso possível cultivar o hábito de lá se estacionar, mesmo quando o destino é o lado de cá do rio, se houverem de facto vantagens financeiras evidentes nessa opção.* -----

▪ *É do conhecimento geral que os moradores do centro histórico com direito a estacionamento junto das suas residências, se vêm privados de utilizar as suas viaturas em*



especial nos horários noturnos e fins-de-semana, pois se as tirarem do lugar quase sempre esses espaços são abusivamente ocupados com automóveis não autorizados. Sabemos também que para os turistas e em especial para os visitantes estrangeiros essas zonas são verdadeiras armadilhas, pois não identificam facilmente estarem em zona interdita, acabando por serem multados. Torna-se assim necessário reforçar a sinalização da zona reservada a residentes, não só com sinalização vertical visualmente mais evidente e entendível pelos estrangeiros (Também em inglês), como também com a utilização de sinalização complementar horizontal, no pavimento e lancis, em português e inglês, conforme alguns exemplos que se mostra abaixo; ou de outra forma que se considere eficaz. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma moção do Partido Socialista do seguinte teor: "**6º FESTIVAL DE ESTÁTUAS VIVAS – MOÇÃO** -----
A realização do 6º Festival de Estátuas Vivas de Tomar, nos dias 8 e 9 de Setembro, constituiu mais um assinalável êxito, que atraiu à nossa Cidade milhares de pessoas e mobilizou os Tomarenses. -----

No sábado, dia 8 de Setembro, contou-se história de Portugal no feminino, da fundação ao século XX, através de quinze personagens de grandes mulheres, representadas por "estátuas interativas" e no domingo contou-se a "arte na rua (tema livre)" através de vinte e um artistas de diversos países, também em "estátuas interativas", que apresentaram as suas melhores performances, muitas já premiadas em Portugal e no estrangeiro, tendo sempre por cenário o Parque do Mouchão e o Jardim da Várzea Pequena a bordejar o Rio Nabão. -----

Eventos desta natureza devidamente estruturados e com adequada dimensão, contribuem decisivamente para o desenvolvimento socioeconómico do Concelho, conduzindo-o a elevados patamares de notoriedade. -----

A face visível deste Festival é uma valiosa equipa do Agrupamento de Escolas Nuno de Santa Maria liderada pelo Prof. Eduardo Mendes, a qual, apoiada e interagindo com os Serviços Camarários, proporcionou um espetáculo de rara beleza num enquadramento natural de excelência. -----

O Festival de Estátuas Vivas de Tomar, agora em 6ª edição, engrandece Tomar e projeta a nossa terra no País e além-fronteiras. -----

Assim, o Grupo Municipal do Partido Socialista **propõe** que a Assembleia Municipal de Tomar, reunida em 21 de Setembro de 2018, decida: -----

1. Reconhecer e enaltecer publicamente o importante trabalho do Agrupamento de Escolas Nuno de Santa Maria e dos Serviços Camarários na conseguida realização do 6º Festival de Estátuas Vivas de Tomar. -----
2. Sublinhar quão importante é preparar a realização da 7ª edição deste Festival no próximo ano, cabendo à autarquia proceder às diligências e congregar os apoios conducentes à sua concretização. -----
3. Aprovar a presente moção em minuta e transmiti-la à Câmara Municipal, Assembleias e Juntas de Freguesia do Concelho, Agrupamento Nuno de Santa Maria e publicitá-la na comunicação social. -----

Tomar, 21 de setembro de 2018. O GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA". -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada, com vinte e oito votos a favor do Partido Socialista, Partido Social Democrata e do Senhor Deputado Municipal Américo da Conceição Pereira, Presidente da União de Freguesias de Serra e Junceira dos Independentes do Nordeste e três abstenções da Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda. -----

--- O Grupo Municipal do Partido Social Democrata apresentou uma declaração de Voto do seguinte teor: "**DECLARAÇÃO DE VOTO - Moção: 6º FESTIVAL DE ESTÁTUAS VIVAS - O Grupo Municipal do Partido Social Democrata reconhece, de forma coerente com as posições tomadas ao longo dos últimos anos, a importância de um evento como o Festival das Estátuas Vivas para o concelho de Tomar.** -----

Concordamos, portanto, com o enaltecer do empenho de todos os intervenientes neste evento, nomeadamente do Agrupamento de Escolas Nuno de Santa Maria e dos serviços camarários. No entanto, é com surpresa que o PSD verifica a qualificação de "assinalável êxito" que consta na moção. Estamos a referir-nos a um evento que a governação socialista interrompeu durante 3 anos – que, de acordo com as notícias trazia à data perto de 100 mil pessoas à cidade –, e que, este ano, ficou pelos 13 mil visitantes, número ainda inferior às 30 mil pessoas da edição de 2017.



M. J. P.
L. A. S.
L. A. S.

Não só assistimos a uma diminuição do número de visitantes, como o Festival implicou uma despesa superior à do ano passado, de 50 para 60 mil euros. -----

E, ainda mais importante, o 6º Festival de Estátuas Vivas traduziu-se numa perda da identidade deste Festival que era, até 2013, uma referência nacional: confinar o evento a um espaço limitado, para arrecadar receitas, mais não é do que desviar o movimento pedonal do centro da cidade e do comércio local. -----

Ainda assim, face à importância deste evento no panorama cultural do concelho de Tomar e na esperança de que a governação socialista venha a refletir sobre o futuro do Festival das Estátuas Vivas e faça as alterações necessárias para o seu sucesso crescente, o **Grupo Municipal do Partido Social Democrata vota favoravelmente a Moção '6º Festival de Estátuas Vivas'** apresentada pelo Partido Socialista. -----

Tomar, 21 de setembro de 2018. -----

Pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata, Lurdes Ferromau Fernandes". -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma moção do Partido Socialista do seguinte teor: "**MOÇÃO DE REGOZIJIO E DE HOMENAGEM À JUDOCA PATRÍCIA SAMPAIO** -----

A atleta Tomarense Patrícia Sampaio da "Gualdim Pais", conquistou a medalha de ouro no Europeu de Júniores em Judo (categoria de -78 kg), que se realizou na "Asics Arena" de Sófia, na Bulgária, ao vencer na final a alemã Christina Faber por "waza ari", no único dos quatro combates em que não fechou por "ippon". -----

Patrícia Sampaio, de 19 anos de idade, já tinha conquistado a medalha de bronze no Mundial Júnior de 2017, realizado em Zagreb e, a partir daí, era expectável o cometimento de novos feitos, como agora veio a acontecer. -----

O Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal, reunida em sessão ordinária no dia 21 de Setembro de 2018, decida: -----

Regozizar-se com a obtenção pela Judoca Tomarense Patrícia Sampaio da medalha de ouro no Europeu de Júniores (categoria -78 Kg) realizado em Sófia, na Bulgária e expressar-lhe as mais vivas felicitações pelo seu feito, incentivando-a a continuar a dedicar-se à prática do judo na busca de ainda melhores resultados. -----

Que seja prestada a devida homenagem à judoca Tomarense Patrícia Sampaio no próximo dia da Cidade, com a atribuição da medalha municipal de valor desportivo (grau ouro). -----

Aprovar a presente moção em minuta e transmiti-la à Câmara Municipal, à Sociedade Filarmónica Gualdim Pais e publicitá-la na comunicação social. -----

Tomar, 21 de Setembro de 2018. O GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA". -----

- Não havendo mais inscrições o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, quando estavam presentes trinta e dois Senhores Deputados Municipais. -----

--- Entrando no **Ponto Um** da Ordem de Trabalhos – Discussão e votação da Deliberação de Câmara tomada em reunião de 20.08.2018, sobre a proposta de revogação "**Regulamento Municipal de Proteção Civil – revogação**", ao abrigo da alínea g), do nº 1, do Artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para o uso da palavra, tendo-se verificado as seguintes intervenções: Paulo Jorge da Encarnação Silva Bacelar de Macedo, da Coligação Democrática Unitária; Casimiro Mateus Fernandes Serra, do Partido Social Democrata e Senhora Presidente da Câmara Municipal. -----

--- Não havendo mais inscrições o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, quando estavam presentes trinta e dois Senhores Deputados Municipais. -----

--- Entrando no **Ponto Dois** da Ordem de Trabalhos (adenda) – Discussão e votação da Deliberação de Câmara tomada em reunião de 17.09.2018, sobre a "**Constituição da RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, EIM, SA e liquidação e extinção da RESITEJO – Tratamento e Gestão dos Lixos do Médio Tejo**", ao abrigo da alínea k), do nº 2, do Artº 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para o uso da palavra, tendo-se verificado as seguintes intervenções: Paulo Jorge da Encarnação Silva Bacelar de Macedo, da Coligação Democrática Unitária; Senhora Presidente da Câmara Municipal; Hugo Miguel Carvalheiro dos Santos Costa, do Partido Socialista; João Manuel Pimenta Henriques Simões, do Partido Socialista; Maria da Luz Alves Lopes, do Bloco de Esquerda; Presidente da Câmara Municipal (2ª intervenção); Paulo Jorge da Encarnação Silva



Bacelar de Macedo, da Coligação Democrática Unitária (2ª intervenção) e Maria de Lurdes Ferromau Fernandes, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Tomar. -----

--- Não havendo mais inscrições o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, quando estavam presentes trinta e dois Senhores Deputados Municipais. -----

--- Entrando no **Ponto Três** da Ordem de Trabalhos (adenda) – Discussão e votação da Deliberação de Câmara tomada em reunião de 17.09.2018, sobre a **“Aquisição de serviços de auditoria externa às contas do Município de Tomar – Nomeação nos termos da Lei das Finanças Locais”**, ao abrigo do Artº 77º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para o uso da palavra. -----

--- Não havendo inscrições o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, quando estavam presentes trinta e dois Senhores Deputados Municipais. -----

--- Entrando no **Ponto Quatro e Cinco - “Apreciação da Informação Escrita a apresentar pela Senhora Presidente da Câmara Municipal de Tomar”**, ao abrigo da alínea c), do nº 2, do Artº 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro e **“Outros Assuntos de Interesse para a Autarquia”**, ao abrigo da alínea k), do nº 2, do Artº 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para o uso da palavra, tendo-se verificado as seguintes intervenções: Jorge Filipe Martinho Rosa, Presidente da Junta de Freguesia de Olalhas; Paulo Jorge da E. Silva Bacelar de Macedo, da Coligação Democrática Unitária; Senhora Presidente da Câmara Municipal de Tomar e Maria de Lurdes Ferromau Fernandes, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Tomar. -----

--- As Deliberações tomadas nesta sessão foram aprovadas em minuta. -----

--- Nada mais havendo, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos, dos quais foi lavrada a presente ata que, depois de lida, vai ser assinada por mim, António Eduardo Gonçalves Costa Marques, Primeiro Secretário em exercício, que a redigi e pelo Presidente da Mesa. -----

O Presidente da Assembleia Municipal,

José Manuel Fortunato Pereira

O Primeiro Secretário
em exercício,

António Eduardo G. Costa Marques

Carolina da Silva Feliz